

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Actos publicados na I e II Série –

NEWSLETTER DIGESTO Nº 4/2010

Disponibilização: 01 de Março de 2010

Período abrangido: 15 a 26 de Fevereiro de 2010

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**
- **PESCAS**

3. AMBIENTE

4. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

5. EDUCAÇÃO

6. FINANÇAS

- **BANCA/ INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**

7. JUSTIÇA

8. OBRAS PÚBLICAS

9. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

10. SAÚDE

11. SEGURANÇA SOCIAL

12. TRABALHO

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[AVISO n.º 3803/2010, de 22 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Acordo Colectivo da Carreira Especial Médica (ACCE) entre as entidades empregadoras públicas e a Federação Nacional dos Médicos e o Sindicato Independente dos Médicos - constituição da comissão paritária

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

• AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA

[DESPACHO NORMATIVO n.º 5/2010, de 16 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Medidas específicas de apoio ao sector do leite

• PESCAS

[PORTARIA n.º 106/2010, de 19 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Altera o regime dos adiantamentos previstos nos regulamentos de execução do PROMAR aprovados por portaria, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 81/2008, de 16 de Maio

3. AMBIENTE

[DESPACHO n.º 3227/2010, de 22 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Aprovação do Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos (PPRU) para o período de 2009-2016

4. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

[AVISO n.º 3702/2010, de 22 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2009, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro

5. EDUCAÇÃO

[DESPACHO NORMATIVO n.º 6/2010, de 19 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Altera o Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Despachos Normativos n.os 18/2006, de 14 de Março, e 5/2007, de 10 de Janeiro (adequa as múltiplas disposições normativas em vigor, de forma que, através das diversas modalidades da educação escolar, ou de outras ofertas formativas, seja permitida e concedida aos alunos dos vários ciclos de estudo a conclusão e certificação de um nível de ensino que permita a sua integração na vida activa, certificadas que sejam as diversas aprendizagens realizadas)

[DESPACHO n.º 3447/2010, de 24 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO)

Regulamenta a atribuição de certificação aos formandos que frequentaram, sem terem concluído, os cursos de educação e formação de adultos

[PORTARIA n.º 114/2010, de 26 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Suspende a entrada em vigor dos programas de Língua Portuguesa do ensino básico homologados em 31 de Março de 2009 e altera a Portaria n.º 476/2007, de 18 de Abril

6. FINANÇAS

- **BANCA/INSTITUIÇÕES** **DE**
CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS

[DECRETO-LEI n.º 12/2010, de 19 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Cria as sociedades financeiras de microcrédito

7. JUSTIÇA

[ACÓRDÃO n.º 16/2010, de 22 de Fevereiro](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Julga inconstitucional a interpretação do artigo 380.º, em conjugação com o artigo 411.º, n.º 1, ambos do Código de Processo Penal, segundo a qual o pedido de correcção de uma decisão, formulado pelo arguido, não suspende o prazo para este interpor recurso dessa mesma decisão

[ACÓRDÃO n.º 17/2010, de 22 de Fevereiro](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Não julga inconstitucionais as normas constantes dos artigos 113.º, n.º 9, e 313.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, na interpretação segundo a qual o arguido não tem de ser notificado por contacto pessoal do despacho que designa data para a audiência de julgamento, podendo essa notificação ser efectuada por via postal simples para a morada indicada pelo arguido no termo de identidade e residência

[ACÓRDÃO n.º 20/2010, de 22 de Fevereiro](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Não julga inconstitucional a norma constante do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de Setembro, na parte em que determina a não aplicação da dilação prevista no artigo 252.º-A, n.º 1, alínea a), do CPC, no caso de citação feita a pessoa diversa do réu

8. OBRAS PÚBLICAS

[ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS n.º 1/2010, de 16 de Fevereiro](#)

(TRIBUNAL DE CONTAS)

Fixa jurisprudência no sentido de que, no domínio do disposto, conjugadamente, nos artigos 73.º, n.º 1, alínea b), 92.º, n.º 3, e 94.º, n.º 2, alínea b), do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, a falta de indicação, na lista de preços unitários, de um preço correspondente a um bem ou a uma actividade, deve ser ponderada caso a caso e só constitui a preterição de uma formalidade essencial, determinante da exclusão da respectiva proposta, quando, em função dos factores do critério de avaliação das propostas, for impeditiva da análise comparativa destas, ou seja, susceptível de se repercutir na boa execução do contrato

[AVISO n.º 3702/2010, de 22 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2009, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro

[ACÓRDÃO n.º 111/2009, de 24 de Fevereiro](#)

(TRIBUNAL DE CONTAS)

Acórdão n.º 111 /09 - 12 de Maio - 1.ª S/SS - processo n.º 204/2009 (instalação de um empreendimento comercial em determinada cidade)

9. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

[DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL n.º 4/2010/A, de 15 de Fevereiro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO)

Cria a Central de Compras da SAUDAÇOR, S. A.

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 3/2010/A, de 19 de Fevereiro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Cria o Fundo Regional dos Transportes Terrestres, Instituto Público Regional, abreviadamente designado por FRTT, I. P. R. A.

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 4/2010/A, de 22 de Fevereiro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Cria um regime de concessão de bolsa de formação e de incentivos à fixação na Região de pessoal docente e não docente com formação em necessidades educativas especiais

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 5/2010/A, de 23 de Fevereiro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Estabelece o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis da Região Autónoma dos Açores – PROENERGIA

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 6/2010/A, de 23 de Fevereiro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Segunda alteração ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional

- **MADEIRA**

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 1/2010/M, de 22 de Fevereiro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Adapta à Região Autónoma da Madeira a Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho, que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espectáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 2/2010/M, de 22 de Fevereiro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de Março, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas

10. SAÚDE

[DESPACHO n.º 2937/2010, de 15 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Determina a alteração ao anexo do despacho n.º 4250/2007, de 29 de Janeiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 47, de 7 de Março de 2007 - medicamentos prescritos a doentes com doença de Alzheimer

[DESPACHO n.º 2938/2010, de 15 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Alteração ao anexo do despacho n.º 20 510/2008, de 24 de Julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 150, de 5 de Agosto de 2008 - medicamentos destinados ao tratamento da artrite reumatóide, espondilite anquilosante, artrite psoriática, artrite idiopática juvenil poliarticular e psoríase em placas

[AVISO n.º 3803/2010, de 22 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Acordo Colectivo da Carreira Especial Médica (ACCE) entre as entidades empregadoras públicas e a Federação Nacional dos Médicos e o Sindicato Independente dos Médicos - constituição da comissão paritária

[DESPACHO n.º 3598/2010, de 26 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIOS DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO E DA SAÚDE)

Aprova os preços de referência dos grupos homogéneos de medicamentos sujeitos ao sistema de preços de referência

11. SEGURANÇA SOCIAL

[PORTARIA n.º 99/2010, de 15 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Estabelece uma medida excepcional de apoio ao emprego para o ano de 2010 que se traduz na redução de um ponto percentual da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora

12. TRABALHO

[PORTARIA n.º 99/2010, de 15 de Fevereiro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Estabelece uma medida excepcional de apoio ao emprego para o ano de 2010 que se traduz na redução de um ponto percentual da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora